



530

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº: 0003334-48.2007.8.17.0810 (0251220-5)
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: JOSÉ BRAZ DE LIMA
ADVOGADO: DR. ELINALDO RAIMUNDO DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. LAISE TARSILA ROSA DE QUEIROZ

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/06. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. TESTEMUNHO DE POLICIAIS. ADMISSIBILIDADE. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE TRÁFICO PARA USO DE ENTORPECENTE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS AUTORIZAM A FIXAÇÃO DA PENA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. REPRIMENDA ACERTADA. INCIDÊNCIA DO §4º DO ARTIGO 33 DA LEI Nº 11.343/2006. IMPOSSIBILIDADE. REQUISITOS LEGAIS NÃO PREENCHIDOS. APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A materialidade do crime se encontra comprovada através dos laudos periciais acostados aos autos, os quais constatarem a presença do princípio ativo responsável pela toxicidade da droga apreendida.
2. A autoria, por sua vez, restou demonstrada, não se podendo falar em insuficiência de provas. Até porque não há qualquer irregularidade no fato de os policiais que participaram das diligências serem ouvidos como testemunhas, principalmente quando seus depoimentos estão em conformidade com as demais provas dos autos. Incidência da súmula 75 do TJPE.
3. Tese desclassificatória alegada apenas em sede recursal, que não encontra respaldo nos autos.
4. Estando a decisão prolatada em consonância com os critérios definidos pelo Código Penal no que se refere à



531

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

dosimetria, nada existe para se modificar neste item, mesmo porque a pena ficou próxima ao patamar mínimo estabelecido.

5. Além disso, a reprimenda encontra-se dentro dos limites estabelecidos pelos elementos dos artigos 42, da Lei nº 11.343/2006 e 59, do CP.
6. Restando comprovado nos autos a dedicação à prática criminosa do acusado, não há que se falar em aplicação da benesse prevista no artigo 33, § 4º da Lei nº 11.343/06.
7. Apelo não provido. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da **Apelação Criminal nº 0003334-48.2007.8.17.0810 (0251220-5)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em negar provimento à Apelação**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 23/09/2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº: 0003334-48.2007.8.17.0810 (0251220-5)
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: JOSÉ BRAZ DE LIMA
ADVOGADO: DR. ELINALDO RAIMUNDO DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. LAISE TARSILA ROSA DE QUEIROZ

RELATÓRIO

Insurge-se **José Braz de Lima**, vulgo "Zé Matuto", em face da sentença de **fls. 471/475**, pela qual foi condenado às penas de 10 (dez) anos de reclusão, e pecuniária de 1400 (um mil e quatrocentos) dias-multa, pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33, *caput* e 35, da Lei 11.343/2006¹.

Interposto o recurso de **fl. 479**, cujas razões estão acostadas às **fls. 489/503**, requer o Apelante sua absolvição, alegando ausência de provas suficientes para condenação, e, subsidiariamente pugna pela desclassificação do crime de tráfico para uso de entorpecentes. Insurge-se ainda em relação a pena aplicada.

De seu turno, o *Parquet* de primeiro grau, nas contrarrazões de **fls. 504/506**, pugna pela manutenção da sentença em todos os seus termos.

Alfim, a Procuradoria de Justiça exarou parecer às **fls. 517/520**, opinando pelo não provimento do apelo.

¹ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



O acusado encontra-se solto, conforme certidão de fl. 484v.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 15/02/2012

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



532

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº: 0003334-48.2007.8.17.0810 (0251220-5)
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: JOSÉ BRAZ DE LIMA
ADVOGADO: DR. ELINALDO RAIMUNDO DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR: DR. LAISE TARSILA ROSA DE QUEIROZ

VOTO

Consta da denúncia que no dia 20/04/2007, por volta das 19h, nas proximidades dos Montes Guararapes, o corréu José Vicente Castelo Branco, vulgo "Gerard", transportou, para a venda, 20 embrulhos de maconha, totalizando 19,556 kg do entorpecente, possuindo consigo ainda a quantia de R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais) em notas de pequeno valor.

Narra a peça acusatória que a droga foi recebida do ora Apelante no Monte dos Guararapes para ser entregue à pessoa de Rosimary Fonseca de Souza, vulgo "Mary ou Rainha dos Coelhoos", no bairro dos Coelhoos, onde seria revendida.

Finalmente, noticia a inicial acusatória que a prática da traficância era rotineira entre os acusados, fato esse que já vinha sendo investigado pela Polícia Federal.

Inicialmente, o apelante pretende a absolvição por insuficiência de provas.

Pois bem.

A materialidade do delito encontra-se devidamente demonstrada através do auto de apresentação e apreensão (fl. 08/09), pelo laudo provisório de



533

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

constatação (fl. 10/11) e pela perícia toxicológica (fls. 26/30), que confirma a natureza ilícita da substância apreendida.

A autoria do crime atribuído ao apelante, por sua vez, é indubitosa.

Ao ser preso o corréu José Vicente Castelo Branco, "Gerard", afirmou que estava com seu táxi estacionado próximo ao IMIP quando foi contatado por dois "pivôs" da mulher que sabe chamar-se "Rainha" recebendo o recado para que fosse buscar a droga no Monte Guararapes/Jaboatão. Noticiou que esta era a terceira vez que pegaria maconha naquele local e que recebera um número de telefone para contactar com o fornecedor de nome "Zé Matuto", detalhando que apesar de não ser a primeira vez que "Zé Matuto" lhe entregava o entorpecente não chegou a conversar com ele pois, efetivada a entrega, o fornecedor saía rapidamente do local de encontro (fls. 06/07).

Em sede judicial (fls. 235/236), "Gerard" ratificou suas declarações e asseverou que nunca viu o "Zé Matuto" e que no dia do fato este, "pressentindo que a polícia estava por lá" telefonou para o depoente e disse que a droga estava em um terreno em Prazeres, no Monte dos Guararapes, embaixo de um coqueiro. Detalhou ter recebido a proposta de um tal de "Tonho" para fazer o transporte de uma encomenda, e pelo valor oferecido, R\$ 350,00, já sabia que se tratava de maconha. Disse ainda que fora "Tonho" quem forneceu seu número de contato para o "Zé Matuto" e que este ligou três vezes para o telefone do interrogado, não sabendo declinar o número que o mesmo utilizou.

Esclarecedores são os depoimentos dos policiais federais que atuaram no caso.

O Agente da Polícia Federal **Fernando José Viana (fls. 292/294)** disse que apesar de ser lotado na cidade de Caruaru foi escalado para participar de uma missão que culminou na prisão de "Gerard". Noticiou que



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

investigações preliminares haviam constatado que referida pessoa toda sexta-feira transportava droga que pegava no Monte Guararapes e entregava para as pessoas de "Mary" e Urbano, no bairro dos Coelhos. Informou que na sexta-feira anterior à prisão já haviam feito campana nas proximidades do Monte Guararapes, mas não conseguiram efetuar a prisão de "Gerard", o que só aconteceu na semana seguinte. Por fim, asseverou que ao chegar à delegacia o corréu afirmou que o entorpecente se destinava a uma mulher conhecida como "Rainha dos Coelhos" e que lhe havia sido entregue por um tal de "Matuto".

Por sua vez, o Agente Federal **José Jacob Leitão (fls. 294/296)**, asseverou que o Apelante e a acusada Rosimary Fonseca de Souza, além do companheiro dessa de nome Urbano Alves da Silva *"são velhos conhecidos da Polícia Federal"*. Asseverou que o Apelante "trabalha" em uma bicicleta para a empresa Gel Água e que nessa bicicleta também transporta droga para um traficante conhecido como Clodoaldo, vulgo "Coroa". Explicou que a rota do tráfico é a seguinte: Clodoaldo manda a droga de Arcoverde e o Apelante faz o intermédio para Urbano e "Mary". Afirmou que por duas vezes já tentou prender o Recorrente nas proximidades da Gel Água, não obtendo êxito. Não soube precisar a quanto tempo tem conhecimento da atividade do Apelante na traficância, mas assegurou que já fazia tempo pois já tentou prendê-lo em duas oportunidades. Detalhou que o apelido "Zé Matuto" advém do fato de o Recorrente ser oriundo da cidade de Cortês/PE, obtendo esta informação na própria comunidade de Jardim Jordão. Noticiou que o acusado já foi condenado por tráfico de drogas, mas a abordagem ou prisão não foi efetuada pela Polícia Federal.

Em seus interrogatórios o Recorrente negou qualquer envolvimento com o corréu "Gerard", "Mary" ou Urbano. Disse que sequer os conhecia. Também



535

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

disse que não se tratava do "Zé Matuto" que a polícia procurava, negando até que o seu apelido fosse esse. Entretanto, as informações prestadas pelo próprio convergiram com toda a qualificação trazida pelo Agente Federal, tais como: ser ele oriundo da cidade de Cortês, que ele "trabalhava" em uma bicicleta da Gel Água, e que já fora condenado por tráfico de entorpecentes no ano de 1995.

Finalmente, o álibi trazido pelo acusado de que estava em um hospital na Cidade de Barreiros não tem o condão de desconstituir sua condição de fornecedor, pois, como afirmado pelo corréu "Gerard" e pelo Agente Federal, o Apelante utilizava um telefone celular para entrar em contato com a pessoa que fazia o transporte do entorpecente, informando em qual lugar a droga estaria escondida. Dessa forma, utilizando-se desse *modus operandi*, o acusado pode estar em qualquer lugar, perto ou longe de onde o entorpecente se encontra, ao tempo da entrega da mesma.

Como se vê, os depoimentos judiciais somados à "confissão" do corréu formam um conjunto probatório harmônico e desfavorável ao acusado, posto que confirmam a prática delitiva pela qual foi denunciado e condenado, inexistindo dúvida acerca da autoria do delito.

Vale salientar que não existe qualquer impedimento em relação ao depoimento de policiais, tendo seu testemunho tanto valor quanto o de qualquer outra pessoa, a não ser quando se apresente razão concreta para suspeição.

No caso em tela, as declarações dos policiais são firmes e coerentes, não havendo qualquer prova de que sejam produtos de uma "armação". Portanto, não há porque lhes negar credibilidade, podendo tais testemunhos servir de base para o convencimento do julgador, notadamente considerando-se o fato de que a defesa não conseguiu provar a má-fé dos depoentes.



536

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Nesse diapasão, verifique-se o seguinte julgado, da lavra do Superior Tribunal de Justiça:

*"O depoimento de policiais pode servir de referência ao juiz na verificação da materialidade e autoria delitivas, podendo funcionar como meio probatório válido para fundamentar a condenação, mormente quando colhido em juízo, com a observância do contraditório, e em harmonia com os demais elementos de prova"*²

Ademais, a matéria encontra-se pacificada na Súmula 75³ deste Tribunal de Justiça.

Nesse contexto, acertada é a condenação imposta ao acusado, não merecendo ser reformada a decisão monocrática.

No pertinente ao pleito de desclassificação, deve se ressaltar que dita alegação somente apareceu em sede recursal, pois em seus interrogatórios (fls. 36/37 e 284/285) o recorrente jamais afirmou ser usuário de entorpecente. Ademais, a elevada quantia da droga foi apreendida em poder de terceira pessoa, o corréu "Gerard", não existindo qualquer indicativo de que a mesma seria de uso próprio do Apelante.

Em que pese a reclamação do réu, as reprimendas foram fixadas em patamar muito próximo ao mínimo legal, apresentando-se suficiente à reprovação do ilícito e estando em consonância com os critérios definidos pelos artigos 59 e 68 do Código Penal, nada existindo para se modificar neste item.

Além disso, o artigo 42 da Lei nº 11.343/06, determina que outro critério igualmente deve ser avaliado quando da aplicação da sanção, qual seja, a quantidade e qualidade de droga apreendida. No caso *sub examine* trata-se de

² STJ, HC 110869/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª Turma, DJe 14/12/2009.

³ **Súmula 075.** É válido o depoimento de policial como meio de prova
SSC



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

19,556 (dezenove quilos e quinhentas e cinquenta e seis gramas) de maconha, circunstância esta, por si só, suficiente para exasperação.

Quanto à ocorrência, na espécie, da situação retratada no § 4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, entendo que melhor sorte não assiste ao apelante. Pelos depoimentos colhidos restou comprovada a sua dedicação à prática criminosa, contrapondo-se assim aos elementos exigidos pela norma para fazer jus à benesse requerida.

Ante o exposto, **voto para negar provimento ao apelo**, mantendo a condenação em todos os seus termos.

Recife, 23 / 09 / 2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0003334-48.2007.8.17.0810 (0251220-5)
COMARCA : JABOATÃO DOS GUARARAPES – 2ª VARA
CRIMINAL
APELANTE : JOSÉ BRAZ DE LIMA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
RELATOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO
PROCURADORA : DRA. LAISE TARSILA ROSA DE QUEIROZ

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por JOSÉ BRAZ DE LIMA, vulgo “Zé Matuto”, por não haver se conformado com a sentença de fls. 471/475, proferida pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes-PE, que o condenou pelo crime previsto nos arts. 33, *caput* e 35, da Lei nº 11.343/2006 (tráfico e associação), a pena definitiva de 10 (dez) anos de reclusão e 1400 (um mil e quatrocentos) dias-multa, em regime prisional inicialmente fechado.

Narra a Denúncia de fls. 1-A/1-C, que no dia 20 de abril de 2007, por volta das 19:00 horas, nas proximidades do Monte Guararapes, no município de Jaboatão dos Guararapes-PE, o denunciado José Vicente Castelo Branco, vulgo “Gerard”, transportou para a venda, vinte embrulhos de maconha, que continha dezenove quilogramas, quinhentos e cinquenta e seis gramas da erva. Levava consigo também a quantia de R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco) reais em notas de pequeno valor.

O Ministério Público denunciou José Vicente Castelo Branco, vulgo “Gerard”, o Apelante JOSÉ BRAZ DE LIMA, vulgo “Zé Matuto”, e Rosimery Fonseca de Souza, conhecida por “Mary” ou “Rainha dos Coelho”, pela infração aos arts. 33 e 35, da Lei de Drogas.

Relata ainda a inicial que a droga foi colocada em um esconderijo pelo Apelante JOSÉ BRAZ DE LIMA, no Monte dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Guararapes, e que o denunciado José Vicente Castelo Branco foi preso em flagrante pela polícia Federal no momento em que estava pegando a droga no lugar em que a mesma foi deixada pelo Recorrente, para, em seguida, ser entregue a denunciada Rosimary Fonseca de Souza, a qual faria a revenda da substância. Os autos noticiam que a prática do tráfico era rotineira por parte do Apelante e dos outros dois denunciados, e que a quadrilha já estava sob investigação, há certo tempo, pela Polícia Federal.

O Recurso foi interposto por um advogado constituído, à fl. 479, e as razões recursais foram anexadas, às fls. 490/503, pleiteando a absolvição sumária do Apelante, em respeito ao princípio *in dubio pro reo*, argumentando inexistir nos autos provas de sua conduta delituosa. Alternativamente, pugna, em caso de condenação, pela desclassificação do delito de tráfico para o de uso de entorpecente. E, ainda que seja aplicada a causa de diminuição da pena prevista no § 4º, do artigo 33, da Lei de Drogas, bem como, que a pena seja fixada no mínimo legal, e que seja substituída por penas restritivas de direito.

O Órgão Ministerial Estadual contrarrazoou às fls. 504/506, no sentido de que a sentença condenatória seja conservada em todos os seus termos.

A douta Procuradoria de Justiça manifestou-se através de seu Parecer, às fls. 517/520, pugnando pelo não provimento da presente apelação.

Ao analisar detalhadamente os autos, entendo que os argumentos defensivos não merecem acolhimento.

Senão vejamos.

A materialidade delituosa encontra-se comprovada através do Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 08/09, e pelo Laudo Provisório de Constatação de fls. 10/11, bem como, pelo Laudo de Exame de Material Vegetal de fls. 26/30, que indica que a substância apreendida se tratava de *cannabis sativa linneu*, popularmente conhecida por "Maconha".



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Quanto à autoria do delito imputado ao ora Apelante, esta restou totalmente comprovada através dos relatos do corréu José Vicente Castelo Branco, "Gerard", pelos depoimentos dos policiais federais que fizeram a prisão em flagrante deste, e através das investigações realizadas pela polícia federal, que apontam para uma quadrilha que se prestava ao tráfico de drogas, da qual o ora Recorrente fazia parte.

Iniciarei pelas provas extraídas dos depoimentos do Corréu "Gerard", que foi inquirido em juízo, às fls. 235/237, o qual confessou toda a prática delituosa desempenhada pelo mesmo, afirmando categoricamente que não conhecia a pessoa do ora Apelante, mas que foi contratado por "Zé Matuto" para transportar droga, que os contatos eram sempre feitos através de ligação telefônica. Que no dia do flagrante, foi contratado por um tal de "Tonho", mandando que fosse buscar a droga no local indicado e voltasse para lhe entregar nas imediações do IMIP, no bairro dos Coelhos. Asseverou que "Zé Matuto", no telefonema, apenas disse que a maconha estaria embaixo do pé de côco, no Monte dos Guararapes, e que estaria lá também à espera do depoente. Afirmou ainda que achava que o Apelante, quando viu a presença da polícia, evadiu-se do local, o deixando na "enrascada". Quem também afirmou que "Zé Matuto" iria esperar o depoente no Monte Guararapes, foi o elemento chamado "Tonho".

Testemunhos relevantes no sentido da elucidação da participação do ora Apelante na quadrilha que se prestava ao tráfico de drogas, foram os prestados pelos policiais federais, Fernando José Viana e José Jacob Leitão. Como veremos a seguir.

"Que a autoridade policial determinou essa diligência em razão de ter constatado em investigações que o Gerard toda sexta feira transportava droga que pegava no Monte dos Guararapes e entregava para a 3ª denunciada Mary e Urbano, no bairro dos Coelhos...(..)que em razão das investigações, o depoente e sua equipe fizeram campana, próximo ao monte dos Guararapes...(..)que na sexta feira seguinte, a equipe de policiais federais, na posse de informações a cerca do veículo e da placa do veículo de Gerard dirigia se puseram mais uma vez em campana, tendo desse vez, conseguido localizar Gerard...(..)que Gerard já era conhecido da policia federal, que já o prendeu com drogas em outra ocasião; que ouviu dos colegas policiais que Gerard já havia sido preso com drogas que transportava para Urbano, marido ou companheiro de Rosimary...(..) que no momento de sua prisão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



Gerard nada comentou sobre o destino da droga, mas quando chegou na delegacia, afirmou que a droga se destinava a uma mulher conhecida como "Rainha dos Coelho" e que lhe havia sido entregue por um tal de "Matuto". (Fernando José Viana, fls. 292/293)

"...que o denunciado José Braz de Lima e a denunciada Rosimery Fonseca de Souza, além do companheiro dessa de nome Urbano Alves da Silva "são velhos conhecidos da polícia Federal"; que Urbano esta cumprindo pena em regime semi-aberto por tráfico de drogas, após progressão de regime; que Rosimery responde a mais um inquérito sobre drogas no departamento de polícia federal; que o denunciado Gerard já foi preso anteriormente, pelo mesmo motivo, pela polícia federal; que Gerard inclusive já cumpriu pena por isso e também trabalhava para Urbano...que José Braz de Lima "trabalha" em uma bicicleta para a GEL ÁGUA e que nessa bicicleta também transporta droga para Clodoaldo de Arco Verde; que Clodoaldo é conhecido como "Coroa" e já foi preso duas vezes pela polícia federal por traficância de drogas...que quando Gerard foi preso e falou o nome de "Zé Matuto", o depoente já o conhecia e já havia tentado prende-lo por duas vezes... que na verdade Zé Matuto não é o chefe da traficância em Jardim Jordão, ele funciona como gerente de Clodoaldo; que a rota do tráfico é a seguinte: Clodoaldo manda a droga de Arco Verde e Zé Matuto intermédia para Urbano e Rosimery, além de outros traficantes."(294/296)

Por sua vez, o Recorrente em suas declarações na Polícia Federal, à fl. 36, negou qualquer envolvimento com os demais componentes da quadrilha, mas confirmou que realmente trabalha como fornecedor e entregador de água mineral na fonte GEO ÁGUA em Porta Larga/Jaboatão dos Guararapes, condição que coincide com sua qualificação registrada na Polícia Federal. Além do mais, a defesa atesta que, na hora no flagrante do denunciado "Gerard", o ora Apelante estaria em um hospital da cidade de Barreiros-PE, muito distante do local onde a droga foi encontrada. Contudo, mesmo que essa alegação fosse verídica, não seria empecilho, mesmo distante, para que realizasse sua tarefa na traficância, ou seja, fazer contatos pelo telefone com o corréu Gerard, para que fosse buscar a droga no local indicado e entregá-la à denunciada Mary.

Conclui-se que a defesa não encontra respaldo algum para protestar contra depoimentos de policiais, que recebem denúncias, averiguam e constataam a veracidade de informações, com a apreensão da droga, fazendo as devidas prisões dos acusados envolvidos diretamente na execução do crime de tráfico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



No que diz respeito ao delito de tráfico, este terá seu início com o flagrante redigido por policiais, quando suas declarações têm relevante força probante legal e, no caso em análise, restou provado que o apelante intermediava a droga no interior do Estado de Pernambuco, para que fosse repassada para as pessoas que iriam revendê-la, dessa maneira pondo em risco a saúde pública da sociedade.

Portanto, as provas de autoria extraídas dos autos são incontestes contra o ora Apelante JOSÉ BRAZ DE LIMA, vulgo "Zé Matuto", o que demonstra que sua condenação foi correta e justa, pois, além das investigações realizadas pela Polícia Federal apontando para o seu envolvimento na referida quadrilha, o corréu Gerard atestou seguramente que sempre fazia contato pelo telefone com o Recorrente, que o orientava sobre o dia que deveria buscar a carga de maconha no Monte dos Guararapes.

Igualmente não merece apoio o pleito defensivo pela desclassificação do tipo penal para usuário, visto que todas as provas apontam que o Recorrente praticava a traficância com grande destaque dentro do aludido bando, pois gerenciava o negócio ilícito. Outro fato que desqualifica a palavra do Acusado é a elevada quantidade de maconha apreendida, no caso quase 20 (vinte) quilos. O Réu poderia até ser consumidor como bem atesta sua Defesa, contudo, a quantidade da maconha encontrada aponta incontestavelmente para o comércio ilegal de drogas.

Quanto à redução da pena imposta requerida pela Defesa, não vejo como favorecê-la, quando o Juiz Sentenciante ao aplicar a pena, a dosou observando as circunstâncias judiciais previstas no art. 59, do Código Penal, honrando o sistema trifásico, fixando a pena definitiva em 10(dez) anos de reclusão, apropriada o bastante para a reprovação e repressão da traficância.

Ademais, a Lei de Drogas por meio do seu artigo 42, alterou significativamente a forma de fixação da pena-base dos crimes a que se trata, determinando ao Juiz sentenciante que considere com preponderância sobre o previsto no art. 59, do CP, a natureza, a diversidade e a quantidade da substância apreendida para a exasperação da reprimenda acima do mínimo. No caso, a apreensão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



de aproximadamente 20 (vinte) quilos de maconha justifica a elevada fixação da reprimenda.

Revela-se igualmente inviável a aplicação da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33, da Lei 11.343/06, tendo em vista as circunstâncias do caso e principalmente porque as provas indicam que o apelante não se trata de um traficante eventual, muito pelo contrário, demonstram que o mesmo pautava sua vida se dedicando à traficância.

À vista de todo o exposto, **voto pelo improvimento** do presente **Recurso de Apelação**, para que se mantenha a sentença de 1º Grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 23 de setembro de 2014.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor